



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 5.642, DE 2023** **(Do Sr. Eduardo Velloso)**

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre o transporte remunerado privado individual de passageiros com motocicleta.

**DESPACHO:**  
ÀS COMISSÕES DE  
DESENVOLVIMENTO URBANO;  
VIAÇÃO E TRANSPORTES E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

**APRECIÇÃO:**  
Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**  
Art. 137, caput - RICD



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2023 (Do Sr. EDUARDO VELLOSO)

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre o transporte remunerado privado individual de passageiros com motocicleta.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre o transporte remunerado privado individual de passageiros com motocicleta.

**Art. 2º** O artigo 11-B da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.11-B. ....  
I – possuir Carteira Nacional de Habilitação nas categorias A ou B, ou superiores, que contenha a informação de que exerce atividade remunerada;  
.....” (NR)

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## JUSTIFICAÇÃO

A inclusão do transporte remunerado privado individual de passageiros com motocicleta na Política Nacional de Mobilidade Urbana é justificada pela necessidade de adequar a legislação às transformações na dinâmica urbana e nas preferências de mobilidade da população. A introdução desse meio de transporte oferece uma alternativa eficiente, ágil e acessível para deslocamentos urbanos, especialmente em regiões onde as condições de trânsito demandam soluções mais flexíveis.

A inserção das motocicletas nesse contexto visa proporcionar uma gama mais abrangente de opções de deslocamento, contribuindo para a diversificação dos modais e, por conseguinte, para a redução da sobrecarga nos sistemas tradicionais de transporte público. Além disso, a medida é ainda mais justificada em municípios com menos de 50 mil habitantes devido à prevalência desse meio de locomoção nessas áreas.

Neste diapasão, considerando as características intrínsecas das motocicletas, como agilidade e capacidade de navegar em espaços congestionados, a sua inclusão pode representar uma resposta eficaz aos desafios de mobilidade em áreas urbanas densamente povoadas.

Assim, a justificativa para a inclusão desse meio de transporte na Política Nacional de Mobilidade Urbana reside na busca por uma abordagem mais holística e adaptável às demandas contemporâneas, visando aprimorar a mobilidade urbana e oferecer opções eficazes que atendam às necessidades da população.

Em face do exposto, peço a meus nobres Pares apoio para aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2023.

Deputado **EDUARDO VELLOSO**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012 Art. 11-B</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201201-03;12587">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201201-03;12587</a>
---	---

**FIM DO DOCUMENTO**